

**EDITAL DE CONCURSO DE PROJETOS N.º 2014/016**

**EDITAL DE CONCURSO DE PROJETOS A SEREM APRESENTADOS POR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP – COM VISTAS À FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESCRITÓRIO NACIONAL DO CATAFORTE, VISANDO A QUALIFICAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS, O SUPORTE ÀS REDES SELECIONADAS POR MEIO DO EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 01/2013 DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS E O MONITORAMENTO DAS AÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO PROJETO CATAFORTE – NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS EM REDES SOLIDÁRIAS.**

A **FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela A.G.E. de acionistas do Banco do Brasil S.A, realizada em 23.12.1985, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Ed. Number One, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.641.000/0001-33, fundamentado na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, realizará seleção de propostas de projetos a serem apresentados por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com vistas ao desenvolvimento do Escritório Nacional que atuará no âmbito do Projeto Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, com observância dos termos deste Edital, cuja minuta foi aprovada pelo Parecer Jurídico DIJUR-CTRIS/ADLIC nº 0000007392-001 de 04.08.2014.

**1. OBJETO**

- 1.1.** Constitui objeto do presente Edital a seleção de propostas de projetos apresentados por OSCIP, interessadas em firmar Termo de Parceria (**ANEXO VI**), com a FUNDAÇÃO, para o desenvolvimento do Escritório Nacional do Cataforte, visando à qualificação de Planos de Negócios, o suporte a 33 Redes de Cooperação de Empreendimentos Econômicos Solidários constituídos por catadores e catadoras de materiais recicláveis, a elaboração de estudos e pesquisas e o monitoramento das ações realizadas no âmbito do Projeto Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, conforme **itens 07 e 08** do Termo de Referência constante do **ANEXO I** deste Edital.
- 1.2.** As 33 Redes de Cooperação, citadas no **item 1.1** acima, foram selecionadas como beneficiárias do Projeto Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, por intermédio do Edital de Seleção Pública nº 001/2013 da Secretaria-Geral da Presidência da República, conforme listagem apresentada no **ANEXO II**.

**2. ABRANGÊNCIA**

- 2.1.** O Escritório Nacional do Cataforte deverá ser sediado em Brasília, independentemente da localização da sede da OSCIP proponente.
- 2.2.** A distribuição geográfica das 33 Redes de Cooperação encontra-se no **ANEXO II** e pode ser consultada diretamente no endereço eletrônico <http://www.easymapmaker.com/map/a6f4e0bee149deb73b023d2c82c910d9>.

**3. RETIRADA DO EDITAL E FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

- 3.1.** O edital poderá ser obtido:

a) Na internet - por meio de download, no Portal da FUNDAÇÃO em [www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br), Link – Quem somos - Licitações – Licitações em andamento – Edital de Concurso de Projetos nº 2014/016;

b) Por solicitação no e-mail: [chamadaspublicas@fbb.org.br](mailto:chamadaspublicas@fbb.org.br)

**3.2.** As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital poderão ser esclarecidas, desde que encaminhadas à Comissão de Seleção por meio do endereço eletrônico [chamadaspublicas@fbb.org.br](mailto:chamadaspublicas@fbb.org.br), com o seguinte título “Edital de Concurso de Projetos nº 2014/016 – CATAFORTE III – Escritório Nacional – DÚVIDAS”, até o dia **19.09.2014**.

**3.3.** As consultas serão respondidas diretamente pelo e-mail designado no **item 3.2** e as questões mais frequentes serão catalogadas e divulgadas no mesmo endereço mencionado no **item 3.1** acima.

**3.4.** O resumo deste Edital será publicado no Diário Oficial da União.

#### **4. RECURSOS FINANCEIROS**

**4.1.** Para a execução das atividades previstas neste Edital serão disponibilizados recursos financeiros até o valor de R\$ 12.350.000,00 (doze milhões trezentos e cinquenta mil reais).

**4.2.** Os recursos disponibilizados deverão ser utilizados para a execução dos produtos e serviços constantes no **item 07** do **ANEXO I** deste Edital.

#### **5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Poderão participar deste Concurso de Projetos as OSCIP interessadas que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

**5.2.** As proponentes deverão possuir no mínimo 03 (três) anos de existência comprovados por meio da inscrição em situação regular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, e serem qualificadas como OSCIP há, no mínimo, 02 (dois) anos, tendo como referência a data de publicação deste Edital, bem como ter finalidades estatutárias compatíveis com o objeto deste Edital e com os objetivos do Projeto Cataforte, conforme discriminado no Termo de Referência (**ANEXO I**).

**5.3.** As organizações proponentes deverão dispor de condições técnicas e operacionais para executar o objeto contratado, conforme definido no presente Edital e seus anexos.

#### **6. IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO**

**6.1.** Estão impedidas de apresentar propostas as entidades que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Apresentem propostas em nome de terceiros;

b) Não apresentem a documentação exigida até a data fixada ou apresentem documentação em desacordo com este Edital;

c) Tenham por objeto social unicamente a prestação de serviços temporários;

d) Não sejam qualificadas legalmente como OSCIP;

e) Estejam sob processo de qualificação como OSCIP junto ao Ministério da Justiça;

- f) Não possuam 03 (três) anos de existência, comprovados por meio da inscrição em situação regular no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, nem possuam qualificação de OSCIP nos últimos 02 (dois) anos, tendo como referência a data de publicação deste Edital. Caso a entidade seja sucessora de outra, o tempo de existência anterior poderá ser acrescido, desde que comprovado documentalmente;
- g) Estejam em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta;
- h) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela FUNDAÇÃO;
- i) Possuam pendências restritivas relacionadas a projetos executados com a FUNDAÇÃO;
- j) Estejam ligadas a empreendimentos em que se pratique ou aceite a exploração de trabalho escravo/degradante, a exploração sexual de menores ou a exploração de mão de obra infantil;
- k) Tenham como dirigente, responsável técnico ou procurador, membros do Conselho Curador, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal ou funcionário da FUNDAÇÃO;
- l) Tenham como dirigente, responsável técnico ou procurador, membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva ou Conselho Diretor do Banco do Brasil;
- m) Tenham, em suas relações anteriores com a União, incorrido em pelo menos uma das condutas relacionadas nos incisos I a V do art. 9º-A do Decreto nº 3.100/99.
- n) Estejam inseridas no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM ou sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública;
- o) Possuam restrição em seu nome no Cadastro de Créditos não Quitados para com o Setor Público Federal – CADIN, do Banco Central do Brasil;
- p) Não apresentem regularidade junto a:
  - i. Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da OSCIP, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto à Dívida Ativa – ou outras equivalentes na forma da lei – expedidas em cada esfera de governo pelo Órgão competente;
  - ii. Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, mediante apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito Relativos a Contribuições Previdenciárias, ou CPD-EN Certidão Positiva de Débitos Relativos a Contribuições Previdenciárias com Efeitos de Negativa, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com prazo de validade em vigor;
  - iii. Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do CRF – Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, expedido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor;
  - iv. Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com prazo de validade em vigor.
- q) selecionadas na Modalidade B do Edital de Seleção Pública nº 01/2013 da Secretaria-Geral da Presidência da República e no Edital de Seleção Pública nº 2014/013 publicado pela FUNDAÇÃO para a contratação das Bases de Serviços de

Apoio às Redes de Cooperação de Empreendimentos Econômicos Solidários constituídos por catadores e catadoras de materiais recicláveis.

**7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA**

- 7.1. As organizações proponentes deverão enviar suas propostas à FUNDAÇÃO, de acordo com formulário contido no **ANEXO III**, juntamente com a documentação obrigatória exigida no **item 09** deste Edital.
- 7.2. As entidades deverão preencher todos os campos do formulário para apresentação de proposta, anexando uma via em formato digital (em mídia física, como CD-R e DVD). A via impressa deverá ser assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da proponente.
- 7.3. A documentação deverá ser separada em 02 (dois) envelopes, acondicionados em um único volume, identificado com os termos abaixo e encaminhado para a Comissão de Seleção, no endereço da FUNDAÇÃO: SCN Quadra 01, Bloco A, Ed. Number One – 9º andar – Brasília – DF – CEP: 70.711-900, pessoalmente, ou por via postal, com AR (Aviso de Recebimento).

**EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA nº 2014/016 – CATAFORTE III – ESCRITÓRIO NACIONAL**

**FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL**  
**COMISSÃO DE SELEÇÃO**  
**SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 01, BLOCO A, EDIFÍCIO NUMBER ONE,**  
**10º ANDAR**  
**BRASÍLIA – DF, CEP 70.711-900.**

- 7.4. O ENVELOPE 01 deverá conter os documentos de HABILITAÇÃO, listados no **item 09** deste Edital e ser identificado com os termos abaixo:

**EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA nº 2014/016 – CATAFORTE III – ESCRITÓRIO NACIONAL**

**NOME E CNPJ DA ENTIDADE**  
**ENVELOPE 01 - HABILITAÇÃO**

- 7.5. O ENVELOPE 02 deverá conter o formulário para apresentação de PROPOSTA, conforme modelo constante do **ANEXO III**, bem como os documentos relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e CAPACIDADE OPERACIONAL, constantes do **ANEXO IV** e o MAPA DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS preenchido, conforme modelo do **ANEXO V**, e ser identificado com os termos abaixo:

**EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA nº 2014/016 – CATAFORTE III – ESCRITÓRIO NACIONAL**

**NOME E CNPJ DA ENTIDADE**  
**ENVELOPE 02**  
**PROPOSTA**  
**DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL / MAPA DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS**

7.6. A proponente deverá indicar no Mapa de Critérios (**ANEXO V**) a qual critério (**ANEXO IV**) cada documento do ENVELOPE 2 se refere.

7.7. Em caso de envio de dois ou mais volumes pela mesma entidade proponente, será considerado aquele com data de protocolo ou postagem mais recente.

## 8. PRAZOS

Data de publicação do Edital no Diário Oficial da União	13.08.2014
Data limite para protocolo da proposta na FUNDAÇÃO ou para envio da proposta, sendo válida a data da postagem, conforme <b>item 7.3</b> deste Edital	<b>19.09.2014</b>
Data provável para publicação do <b>RESULTADO PRELIMINAR DA SELEÇÃO</b> no site da Fundação, conforme <b>item 11.16</b> deste Edital	<b>20.10.2014</b>
Prazo para recursos, a contar da publicação do <b>RESULTADO PRELIMINAR DA SELEÇÃO</b> no site da FUNDAÇÃO	05 dias úteis
Prazo para publicação do <b>RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO</b> no Diário Oficial da União e no site da FUNDAÇÃO, após o julgamento dos recursos	10 dias úteis

## 9. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

9.1. As organizações proponentes deverão apresentar os seguintes documentos obrigatórios:

- a) Cópia autenticada do estatuto ou contrato social e suas alterações, registrados no cartório competente, comprovando que seus objetivos sociais são compatíveis com as atividades previstas no Termo de Referência (**ANEXO I**);
- b) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, em situação regular, atestando no mínimo três anos de existência e qualificação como OSCIP há pelo menos dois anos, tendo como referência a data de publicação deste Edital. Caso a entidade seja sucessora de outra, o tempo de existência anterior poderá ser acrescido, desde que comprovado documentalmente;
- c) Cópia autenticada da ata de eleição da atual diretoria da entidade devidamente registrada em cartório competente;
- d) Cópia do documento de identidade e do CPF do(s) representante(s) legal(is) da entidade;
- e) Certidão de regularidade da OSCIP em vigor, expedida pelo Ministério da Justiça;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da OSCIP, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto à Dívida Ativa, ou outras equivalentes na forma da lei, expedidas em cada esfera de governo pelo Órgão competente;
- i) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor;
- j) Declaração de que dispõe de condições técnicas e operacionais para executar o objeto contratado, conforme definido no presente Edital, constante do **ANEXO VII**;

- k) Declaração de que não está em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, constante do **ANEXO VII**;
- l) Declaração de que não possui integrantes do Conselho Curador, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal ou funcionário da FUNDAÇÃO como dirigente, responsável técnico ou procurador da entidade, constante do **ANEXO VII**;
- m) Declaração de que não possui representantes do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva ou Conselho Diretor do Banco do Brasil como dirigente, responsável técnico ou procurador da entidade, constante do **ANEXO VII**;
- n) Declaração de que não pratica ou aceita a exploração de trabalho escravo/degradante, a exploração sexual de menores ou a exploração de mão-de-obra infantil, constante do **ANEXO VII**.
- o) Três comprovantes de que a proponente atuou, nos últimos três anos, no desenvolvimento de ações relacionadas aos objetivos descritos no **ANEXO I** deste Edital, dentre os seguintes:
  - i. Cópia de termo de acordo de cooperação, contrato, convênio, termo de parceria ou documento similar, celebrado com órgão público, organização privada nacional ou organização de cooperação internacional;
  - ii. Declaração emitida pela presidência, coordenação ou secretaria executiva de Conselho de Política Pública relacionado ao objeto deste Edital: trabalho e emprego; economia solidária; meio ambiente; assistência social; entre outros Conselhos cabíveis;
  - iii. Declaração emitida por titular de órgão público sobre parcerias realizadas;
  - iv. Declaração emitida pela Comissão Nacional do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); e
  - v. Declaração emitida por instância nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

**9.2.** Os documentos citados no item anterior devem compor o ENVELOPE 01, conforme **item 7.4** deste Edital.

## **10. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

- 10.1.** A documentação necessária à participação neste Edital deverá ser apresentada no idioma oficial do Brasil.
- 10.2.** Os documentos deverão ser entregues sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, de acordo com os termos dos **itens 7.3, 7.4 e 7.5** deste Edital.
- 10.3.** Durante o prazo previsto para apresentação das propostas, especificado no **item 08** deste Edital, a documentação poderá ser substituída, desde que integralmente, não sendo admitida a abertura de envelopes e o fracionamento de documentos.
- 10.4.** A substituição dos documentos, na forma do **item 10.3** acima, somente poderá ser realizada pelo representante legal da instituição ou por procuração específica outorgada pelo representante legal da instituição, com reconhecimento de firma e registrada em cartório.
- 10.5.** A Comissão de Seleção solicitará identificação do representante legal da instituição ou do outorgado, conforme o caso, no momento da substituição do envelope.

- 10.6. Os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.
- 10.7. Os documentos que não puderem ser renovados via internet e/ou não tiverem prazo de validade estabelecido pelo expedidor somente serão aceitos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data final para entrega dos envelopes, especificada no **item 08** deste Edital.
- 10.8. A entidade proponente arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação da documentação, independente do resultado deste Edital.

## 11. SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. A FUNDAÇÃO nomeará uma Comissão de Seleção que será responsável por analisar e selecionar as propostas, observando a adequação e enquadramento aos princípios e condições definidos neste Edital.
- 11.2. Além do pessoal técnico próprio da FUNDAÇÃO, a Comissão de Seleção poderá ser composta por pessoal técnico das demais instituições que compõem o Comitê Estratégico do Projeto Cataforte – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, a saber: Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR); Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Banco do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e PETROBRAS.
- 11.3. A não participação ou ausência de pessoal técnico de quaisquer das instituições listadas no **item 11.2** não será motivo de impedimento de nomeação da Comissão de Seleção pela FUNDAÇÃO e não ensejará recurso por qualquer proponente.
- 11.4. A Comissão de Seleção poderá, a qualquer tempo, efetuar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, bem como solicitar a revalidação dos documentos fornecidos.
- 11.5. A Comissão de Seleção poderá convocar as entidades proponentes para quaisquer esclarecimentos adicionais, o que deverá ser atendido dentro de prazo estipulado. A solicitação de esclarecimentos adicionais será efetuada por meio eletrônico ao endereço indicado pela entidade no modelo de proposta constante do **ANEXO III**.
- 11.6. A critério da Comissão de Seleção poderão ser relevados erros ou omissões formais que não resultem em prejuízo para a seleção das propostas.
- 11.7. Inicialmente, será efetuada a abertura do ENVELOPE 01 para verificação dos documentos de HABILITAÇÃO listados no **item 09** deste Edital.
- 11.8. Caso se identifique qualquer inconformidade com as instruções previstas neste Edital, será aplicado o critério eliminatório correspondente.
- 11.9. Serão consideradas HABILITADAS as proponentes que apresentarem toda documentação indicada no **item 09** e que não estiverem enquadradas em uma ou mais situações de impedimento listadas no **item 06** deste Edital.
- 11.10. A seguir, será efetuada a abertura do ENVELOPE 02 das OSCIP consideradas HABILITADAS, para verificação dos documentos relativos à qualificação técnica e capacidade operacional e análise das propostas apresentadas.
- 11.11. Os documentos apresentados no ENVELOPE 02 que não estejam especificados no MAPA DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS (**ANEXO V**), conforme **item 7.6** deste Edital serão desconsiderados para efeitos de classificação.

- 11.12.** As OSCIP HABILITADAS serão classificadas pela Comissão de Seleção, observados os critérios indicados nas Tabelas 01 e 02 do **ANEXO IV**.
- 11.13.** A pontuação geral da proponente corresponderá à soma aritmética das pontuações obtidas em cada um dos Critérios de Pontuação.
- 11.14.** Serão desclassificadas as proponentes que não obtiverem a pontuação mínima, conforme **item 3.1** do **ANEXO IV**.
- 11.15.** Em caso de OSCIP com pontuações iguais, serão utilizados os critérios de desempate listados no **item 4.1** do **ANEXO IV**.
- 11.16.** O Relatório Preliminar da Comissão de Seleção será disponibilizado no sítio eletrônico [www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br).

## **12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 12.1.** Das decisões proferidas no Relatório Preliminar da Comissão de Seleção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do referido Relatório.
- 12.2.** Os recursos deverão ser apresentados à Comissão de Seleção por meio do endereço eletrônico [chamadaspublicas@fbb.org.br](mailto:chamadaspublicas@fbb.org.br), identificado com o seguinte título: “Edital de Seleção Pública nº 2014/016 – Cataforte III – Escritório Nacional – Recursos”.
- 12.3.** Os recursos interpostos fora do prazo estabelecido no **item 12.1** acima não serão considerados. A Comissão de Seleção não se responsabiliza por recursos não recebidos em decorrência de eventuais problemas técnicos.
- 12.4.** Os recursos serão julgados pela Comissão de Seleção no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do final do prazo previsto no **item 12.1** deste Edital.

## **13. RESULTADO FINAL**

- 13.1.** O Relatório Final da Comissão de Seleção será disponibilizado no sítio eletrônico [www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br) e publicado no Diário Oficial da União.
- 13.2.** Não serão aceitos novos recursos em relação às decisões finais proferidas pela Comissão de Seleção em seu Relatório Final.

## **14. FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA**

- 14.1.** A OSCIP selecionada deverá formalizar Termo de Parceria com a FUNDAÇÃO, observando-se o estabelecido neste Edital e seus anexos, bem como as normas e legislação aplicáveis.
- 14.2.** Após a publicação do Relatório Final da Comissão de Seleção, a data para assinatura do Termo de Parceria será comunicada à OSCIP por mensagem encaminhada ao endereço eletrônico indicado na proposta apresentada.
- 14.3.** Caso a OSCIP selecionada não assine o Termo de Parceria até a data estabelecida pela FUNDAÇÃO, na forma do **item 14.2**, será considerada desistente.
- 14.4.** Havendo desistência por parte da OSCIP selecionada, será convocada a próxima entidade classificada, obedecida a ordem de pontuação.
- 14.5.** Para celebração do Termo de Parceria, a entidade selecionada deverá manter as mesmas condições exigidas para a participação neste Edital.



- 14.6. A FUNDAÇÃO poderá requisitar documentação complementar ou atualizada para atendimento à legislação vigente, sobretudo, quanto às exigências de regularidade jurídica e fiscal da proponente.
- 14.7. Compõem o Termo de Parceria:
  - a) Minuta apresentada no **ANEXO VI**;
  - b) Plano de Trabalho.
- 14.8. O Plano de Trabalho será extraído da proposta apresentada pela entidade para o processo de seleção, observado o **ANEXO I** deste Edital.
- 14.9. A FUNDAÇÃO poderá solicitar oficialmente à proponente outros documentos e informações complementares, caso julgue necessário, contendo elementos importantes e/ou indispensáveis para fins de contratação e elaboração do Plano de Trabalho.
- 14.10. As disposições deste Edital de Seleção Pública, bem como o Plano de Trabalho, farão parte integrante e complementar do Termo de Parceria, independentemente de transcrição, para todos os efeitos legais.
- 14.11. Não poderão ser avocados como motivos para alteração do Termo de Parceria problemas e dificuldades inerentes ao desenvolvimento das atividades ou não previstos/verificados pela entidade proponente quando da elaboração da proposta.
- 14.12. A constatação de falsidade de qualquer documento apresentado na forma deste Edital, ou de inverdade das informações por parte da entidade proponente, implicará na imediata rescisão do Termo de Parceria, caso o mesmo já tenha sido formalizado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## 15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. A seleção de que trata o presente Edital não estabelece obrigação da efetiva celebração do Termo de Parceria.
- 15.2. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da FUNDAÇÃO, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza pelas proponentes.
- 15.3. A participação da proponente implica na aceitação de todos os termos deste Edital e seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que, na ocorrência de casos omissos, os mesmos serão decididos pela Comissão de Seleção.
- 15.4. O descumprimento de quaisquer dos critérios definidos neste instrumento, sujeitará o infrator às penalidades estabelecidas em Lei, além da suspensão do Termo de Parceria decorrente do processo de seleção pública.
- 15.5. O foro para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Instrumento que porventura não tenham sido resolvidos administrativamente é a Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

## 16. ANEXOS

- 16.1. São partes integrantes deste Edital de Seleção Pública:

- a) **ANEXO I** – Termo de Referência do Escritório Nacional do CATAFORTE – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias;
- b) **ANEXO II** – Relação de Empreendimentos Econômicos Solidários por Rede de Cooperação;
- c) **ANEXO III** – Formulário para Apresentação de Proposta;
- d) **ANEXO IV** – Critérios de Seleção;
- e) **ANEXO V** – Mapa de Critérios
- f) **ANEXO VI** – Minuta do Termo de Parceria;
- g) **ANEXO VII** – Declarações de Habilitação;

Brasília, 13 de agosto de 2014

---

RENATA BARRETO DE PAIVA  
Presidente da Comissão de Seleção